

Título: IMPACTOS ECONÔMICOS DO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL DO PETRÓLEO (REPETRO) NAS ATIVIDADES DE E&P NO BRASIL

Autores: SCHIOZER, Rafael F. ⁽¹⁾; SUSLICK, Saul B. ⁽²⁾

Instituições .: (1) UNICAMP – Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) – Departamento de Engenharia de Petróleo (DEP)
(2) UNICAMP – Instituto de Geociências – Centro de Estudos do Petróleo (CEPETRO)

O regime fiscal brasileiro era alvo de severas críticas pelas empresas de petróleo, devido à excessiva carga de impostos indiretos sobre os custos e investimentos, em todas as fases dos projetos de E&P.

Em 1999 a Lei nº 9.826, regulamentada mais tarde pelo decreto nº 3.161 e pela IN/SRF 087/2000, criou o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - Repetro -, que reduziu significativamente a incidência de impostos indiretos sobre a aquisição de alguns bens materiais domésticos e importados usados nas atividades de E&P. Há ainda, no entanto, uma questão sendo discutida sobre a isenção de ICMS sobre alguns produtos, que espera por decisão judicial.

Este artigo avalia os impactos econômicos desse novo quadro fiscal para as diferentes fases dos projetos de E&P, sob várias hipóteses de área exploratória ou produtiva, volume estimado das acumulações, lâmina d'água e outras variáveis. Alguns resultados interessantes são mostrados, tanto do ponto de vista da empresa como do governo. Também são avaliados os efeitos desse novo cenário para a indústria para-petroleira doméstica, bem como o impacto da isenção do ICMS.